

<b>Público</b>	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Transportes</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>154 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>N/PB</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>10</b>
25-10-2006				

# Voos em escala técnica não são controlados pelas autoridades

Audições no Parlamento sobre voos da CIA revelam inexistência de listas de passageiros de aviões que passam por Portugal

LEONETE BOTELHO

As autoridades portuguesas não enviaram à comissão temporária do Parlamento Europeu (PE) as listas de passageiros dos chamados "voos da CIA" (que poderiam transportar detidos ilegais entre países terceiros), em investigação em Bruxelas, apenas porque não as tem. Foi o que ontem ficou claro após as audições, na Assembleia da República, dos directores-gerais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) e da Direcção-Geral das Alfândegas (DGA).

De acordo com estes responsáveis, Portugal não controla voos e passageiros que apenas sobrevoam ou fazem escalas técnicas no território nacional, a não ser em duas situações excepcionais: haver indícios da prática de crimes a bordo ou haver desembarque de passageiros que pretendam entrar no país. E não houve, até hoje, qualquer indício da passagem pelos aeroportos nacionais dos alegados voos ilegais dos serviços secretos norte-americanos para fazer as chamadas "entregas extraordinárias", garantiram.

Foi o deputado Fernando Rosas, do BE, que pôs o dedo na ferida quanto às listas de passageiros. De acordo com a informação que recolheu no próprio *site* do INAC, todos os voos não regulares, mesmo que façam ligações dentro do Espaço Schengen, estariam obrigados a uma notificação ou autorização prévia do INAC, com parecer do SEF e da DGA, preenchendo um formulário com a respectiva lista de tripulantes e passageiros a bordo, mesmo nos casos em

que não há desembarque ou abertura de portas dos aviões. "Essas listas permitiriam perceber se houve ou não ilegalidades cometidas em território português, mas "onde estão elas?", questionou.

Jarmela Palos, director do SEF, começou por garantir que os formulários de tráfego que chegam ao seu serviço contêm apenas números, e não nomes, de passageiros. E explicou que é apenas isso que o SEF necessita, para "canalizar os meios de controlo para o lugar de desembarque onde, aí sim, faziam o controlo das identidades".

De resto, explicou que "por norma os passageiros em escala entre países terceiros não são sujeitos a controlo de entrada, mas apenas aqueles que pretendam entrar em território nacional". E garantiu que, desde 2001, "todas as pessoas que desembarcaram foram controladas pelo SEF", sem que nunca se tenha verificado qualquer caso suspeito.

## "Céu aberto" aos EUA

Já Luís Fonseca de Almeida, responsável do INAC, garantiu que o sobrevoo e escala técnica são "direitos de tráfego liberalizados", sobretudo no caso de os voos serem de uma qualquer companhia licenciada nos mais de 80 países com que Portugal tem acordos bilaterais nesse sentido. "A convenção bilateral dispensa a notificação prévia", frisou, acrescentando que na maior parte dos casos o INAC só tem conhecimento *a posteriori* desses formulários, para efeito de "cobrar taxas".

No caso dos Estados Unidos, em particular, Portugal assinou em 2000 um acordo a que Luís Almeida chamou de "céus abertos", em que foram liberalizados, não apenas o sobrevoo e escala técnica, mas "muitos outros direitos comerciais".

Vera Jardim, um dos socialistas que requereu a vinda ao Parlamento destas entidades, desde o princípio que se mostrava preocupado com a ausência de fiscalização aos voos em escala técnica — precisamente a situação em que, de acordo com as conclusões preliminares do PE, terão passado por Portugal voos irregulares da CIA. Por isso insistiu na pergunta: "Pode considerar-se uma escala técnica uma paragem de 12 horas? Sinceramente! É legítimo duvidar que as pessoas tenham permanecido fechadas no avião durante tanto tempo com a porta fechada."

Se Jarmela Palos se limitou a afirmar não haver nada na lei sobre a duração da paragem com pessoas a bordo dos aviões, já Luís Almeida foi mais longe. "A tripulação não faz parte do negócio, não tem que ficar fechada no avião", afirmou claramente.

Jorge Machado, do PCP, pegou em vários casos concretos de voos suspeitos e perguntou se eles "não faziam acender luzes vermelhas" nos serviços. E acabou por arrancar uma confissão a Jarmela Palos, que assentiu ter recebido, no ano passado, "instruções concretas no sentido de maior fiscalização de voos particulares". "Se olhar com atenção, verá que esses voos quase desapareceram", concluiu. ■

